

Registo de descrição

Data relatório
2024-07-01

Registo PT/UM-ADB/MON/MSMTC - Mosteiro de São Martinho de Caramos

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/UM-ADB/MON/MSMTC
Tipo de título	Atribuído
Título	Mosteiro de São Martinho de Caramos
Datas de produção	1613 - 1822
Dimensão e suporte	27 u.i.; papel
Entidade detentora	Arquivo Distrital de Braga
Produtor	Mosteiro de São Martinho de Caramos
História administrativa/biográfica/familiar	Fundado em 1090 por D. Gonçalo Mendes, filho do Conde Nuno Mendes, que com seis companheiros se pôs às ordens do Bispo D. Pedro de Braga, que o nomeou Prior do mosteiro. Era masculino e pertencia aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho até ser unido à Congregação de Santa Cruz de Coimbra em 1595, à qual pertenceu até ser extinto pelo Papa Clemente XIV, em 1770, para ser incorporado e unido ao Mosteiro de Mafra da Congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. O decreto de 30 de Maio de 1834, inserido na "Reforma geral eclesiástica" extinguiu todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas até à morte da última freira, data do encerramento definitivo.
História custodial e arquivística	Em 30 de maio de 1834 foi publicado o decreto que determinou a extinção das Ordens Religiosas, primeiro as masculinas e, depois, as femininas. No mesmo ano, formulou-se o regulamento de transferência dos bens destas ordens para a Fazenda Nacional. Por arrasto, também os cartórios monásticos foram nacionalizados pois neles se conservavam os títulos de posse e a documentação indispensável à administração dos referidos bens. Estas transferências não foram, na maioria dos casos, bem sucedidas, o que acarretou perdas irremediáveis, nalguns casos totais, no recheio de muitos destes cartórios. Como principais causas apontam-se o abandono a que muitos foram votados; os arrolamentos tardios; os incêndios; a apropriação por particulares; perdas durante o transporte e dádivas abusivas. Em 1917, com a criação do Arquivo Distrital de Braga, todos os documentos existentes nestas repartições foram transferidos para as suas instalações no edifício dos Congregados. Em 1936, ocorreu uma nova transferência, agora para o Paço Arquiepiscopal de D. José de Bragança, atuais instalações deste Arquivo, onde foram colocados no chamado Salão Paroquial. Em 1966, José Mattoso procedeu ao inventário da documentação relativa aos mosteiros beneditinos e em 1983 decidiu-se dar continuidade a este trabalho, inventariando os restantes fundos monásticos e que culminou com a publicação, em 1985, do Inventário do Fundo Monástico Conventual, pelo Arquivo Distrital de Braga.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Documentação transferida em maio de 1917 da Repartição de Fazenda do Distrito.
Âmbito e conteúdo	O conjunto documental distribui-se pelas seguintes áreas e/ou tipologias documentais: laudémios, foros, vedorias, tombos, arrendamentos, cartas, igrejas.
Sistema de organização	Ordenação temática e cronológica.
Condições de acesso	Acessível, exceto unidades em mau estado de conservação e restrições previstas no regime geral dos arquivos e lei do património cultural (Decreto-Lei nº16/93, de 23 de janeiro e Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).
Idioma e escrita	POR (Português)
Instrumentos de pesquisa	Archeevo: base de dados de descrição arquivística
Unidades de descrição relacionadas	Relação completa: Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de São Martinho de Caramos (PT/TT/MSMTC).